

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Privatizações ganham força no combate à corrupção.....	1
Título: Empresas de etanol e mineração negociam não mais pagar por horas no transporte.	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: México culpa Brasil por fracasso de leilão de petróleo em água profunda	5
Título: Grupo Ultra coloca farmácia em posto e revenda de gás.....	6

VEÍCULO: O Globo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Privatizações ganham força no combate à corrupção

A crise fiscal em si — a maior já registrada no Brasil, pelo menos em tempos recentes —, e a reação de grupos organizados a medidas para contê-la continuam a gerar efeitos pedagógicos e a desvendar mazelas. O caso mais evidente é o da aceleração da crise previdenciária, cujo enfrentamento exige uma reforma — seja feita agora ou mais tarde, em condições mais severas — que, além da questão demográfica, enfrente privilégios de castas dos servidores públicos, não apenas federais. Há movimentos em várias frentes que evidenciam pressões para a manutenção de discrepâncias em benefícios previdenciários incompatíveis com qualquer noção de justiça social. Por exemplo, a média da aposentadoria do assalariado da iniciativa privada (INSS) está em R\$ 1.240, enquanto no serviço público federal, no Executivo, é de R\$ 7.583. Se considerarmos as carreiras ditas de Estado, conclui-se que convivem no mesmo país beneficiários de aposentadorias de níveis terceiro-mundistas e cotistas milionários de fundos privados de pensão suíços (a aposentadoria média no Judiciário soma R\$ 26.302). Já o programa de licitações e privatizações do governo Temer reverbera em esquemas de corrupção em estatais.

Com a Lava-Jato, tornou-se evidente que funcionários de carreira de empresas públicas, técnicos de boa formação, concursados, se deixaram cooptar por grupos políticos. O case da Petrobras é exemplar: Paulo Roberto Costa, Nestor Ceveró, Renato Duque e outros, de longa carreira na empresa, foram apadrinhados por PT, PMDB e PP para financiar os partidos e enriquecer políticos, a partir do superfaturamento de contratos feitos com empreiteiras do esquema. Como pagamento, amealharam milhões de dólares para si mesmos. As resistências a privatizações completam a aula sobre como o Estado brasileiro tem sido saqueado por políticos de esquerda e direita, por meio do aparelhamento das estatais com vistas a negócios escusos e ações clientelistas.

Dois casos são emblemáticos. O primeiro, a privatização da Eletrobras. Devem-se discutir aspectos técnicos da operação, sem que se possa esquecer uma questão central: a Eletrobras, quebrada pela política tarifária populista da presidente Dilma Rousseff, não tem como sustentar os investimentos exigidos pela economia brasileira. E sem energia, por óbvio, o país não crescerá. As críticas de grupos políticos à venda do controle da Eletrobras são originadas no temor com a perda de influência na Chesf, em Furnas, na Eletronorte etc. As subsidiárias da Eletrobras são usadas para intermediar negócios (em busca de comissões) e empregar apaniguados (atrás de votos e também de negócios). Por isso, a bancada pluripartidária mineira, Aécio Neves (PSDB) à frente, é contra a operação. Tem interesses nada republicanos pelo menos em Furnas. Quanto à Chesf, o governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), arrisca-se a utilizar o horário do partido na TV para dizer que querem “privatizar o São Francisco”.

Não se sabe como isto seria possível. Ele e seu grupo, claro, não desejam perder acesso à Chesf. O mesmo vale para muitos outros políticos nordestinos. Um

caso até mais explícito é a bem-sucedida pressão sobre o Planalto de Valdemar Costa Neto, ex-presidiário do mensalão, para manter a Infraero com dinheiro. Uma das formas é impedir a licitação de Congonhas, a fim de que o segundo aeroporto em movimento do Brasil continue a sustentar a estatal, em que Costa Neto e grupo exercem influência. Milhões de usuários pagam alto preço na forma de baixa qualidade de serviços. A lição dada de forma indireta pela crise, mas muito clara, é que um efetivo plano anticorrupção precisa incluir profundo e abrangente programa de privatizações. A estatal é a gazuza que arromba o Tesouro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Bárbara Nascimento

Título: Empresas de etanol e mineração negociam não mais pagar por horas no transporte

Reforma trabalhista alterou regra. Sindicato vê perda de 20% para trabalhador

-Brasília- Com as mudanças trazidas pela reforma trabalhista, empresas do segmento sucro-alcooleiro e de extração de minérios já comunicaram aos sindicatos ao redor do país a intenção de extinguir o pagamento das horas in itinere (período em que o empregado é transportado para o trabalho) a partir de 2018. A nova lei retirou das empresas que possuem instalações em locais de difícil acesso a obrigação de contabilizar esse tempo na jornada de trabalho. Sem o benefício, os trabalhadores veriam o contracheque ficar, em média, de 10% a 20% menor.

As horas in itinere são pagas sobretudo a trabalhadores rurais, que exercem atividade em locais distantes das cidades. O benefício tinha o objetivo de cobrir o período que o empregado perdia no trajeto, considerando-o como parte da jornada de trabalho. Uma súmula do Tribunal Superior do Trabalho (TST) determinava, inclusive, que, se o tempo total (trabalho e trajeto) ultrapassasse a jornada diária legal, o valor deveria ser pago como hora extra.

A reforma trabalhista, no entanto, entendeu que esse tempo não deve ser considerado como "à disposição do empregador" mesmo que o meio de transporte seja fornecido pelo patrão. Com a nova lei, o pagamento assume caráter de benefício, fica fora da jornada e é opcional.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Assalariados (Contar), que representa mais de dois milhões de empregados, diz que o movimento das empresas em relação à extinção do benefício ocorre em vários estados. A grande preocupação das companhias é retirar a previsão das horas in itinere da convenção coletiva. Isso porque a reforma trabalhista estabelece que os

acordos terão, a partir de agora, força de lei. A presença desse pagamento nos próximos acordos pode trazer um precedente indesejável para os empregadores.

— Algumas empresas oferecem continuar pagando o adicional, mas em forma de abono. Querem mudar o nome, a fim de não abrir um precedente para que o trabalhador cobre isso depois — afirma o consultor jurídico da Contar, Carlos Eduardo Chaves.

NEGOCIAÇÃO FICARÁ MAIS DIFÍCIL

Em Goiás, por exemplo, onde estão quase 40 usinas de etanol, com 35 mil funcionários rurais, os sindicatos negociam uma saída para 2018, por meio de um abono proporcional ao que hoje é pago como horas in itinere, mas sabem que essa negociação ficará mais difícil nos próximos anos.

— Para 2018, o pagamento já estava previsto no orçamento das empresas quando a reforma trabalhista entrou em vigor, por isso não há tanta resistência. Depois disso, a tendência é que o benefício acabe mesmo — explica José Maria Lima, presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais Assalariados de Goiás (Fetaer).

Em Minas Gerais, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do estado (FTIEMG) explica que já foi procurada pelas empresas e está se preparando para as negociações. As companhias também querem, de acordo com boa parte das propostas apresentadas, que o adicional a ser pago não seja contabilizado como verba remuneratória. Ou seja, que não entre na base de cálculo do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária.

Esse cenário desagrada aos sindicatos, uma vez que o trabalhador pode sair perdendo na hora do cálculo da rescisão contratual, de uma possível indenização ou mesmo na aposentadoria. Isso porque esses benefícios seriam calculados em cima de um salário menor.

— Não vamos ocultar pagamento por fora. Vamos denunciar quem tentar fazer isso — diz Chaves, da Contar.

Para o especialista em mercado de trabalho Rodolfo Torelly, a lei endureceu muito as regras justamente para uma parcela que não ganha muito e que tem condições peculiares de trabalho. Segundo ele, o pagamento de um abono, ainda que nas mesmas proporções da hora in itinere, será menos vantajoso para o trabalhador.

— O abono é algo mais aberto. Pode ou não ser dado em um ano. O valor também pode variar de ano a ano. E, se retirado da convenção coletiva, fica de fora até da regra do acordado sobre o legislado — afirma Torelly.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: México culpa Brasil por fracasso de leilão de petróleo em água profunda

Da REUTERS- A petroleira estatal mexicana Pemex colocou a culpa do cancelamento de um projeto de águas profundas sobre o fraco apetite de investidores devido à concorrência dos recentes leilões no Brasil e aos baixos preços do petróleo.

O órgão regulador de petróleo do país cancelou na quinta-feira (7) uma licitação para o projeto Nobilis-Maximino, uma joint venture com a Pemex, uma vez que o interesse de companhias não foi tão forte quanto o esperado inicialmente.

Na sexta-feira (8), a Pemex citou o leilão de blocos do pré-sal no Brasil realizado no fim de outubro como o culpado por reduzir o interesse em seu projeto —a disputa no Brasil atraiu o interesse de petroleiras como Shell e ExxonMobil.

"Um fator que afetou o apetite por novos projetos foi o compromisso de investimento assumido recentemente por possíveis ofertantes", disse a Pemex em nota. Companhias que ganharam blocos no Brasil haviam olhado dados do Nobilis-Maximino, acrescentou.

Quase 30 companhias haviam começado o processo de pré-qualificação para o leilão mexicano.

O fracasso do projeto é um retrocesso na abertura energética do México após décadas de monopólio da Pemex.

Nobilis-Maximino fica em águas profundas no golfo do México perto da fronteira marítima com os Estados Unidos no produtivo cinturão de Perdido e tem estimativas de conter reservas de cerca de 502 milhões de barris de petróleo.

VEÍCULO: folha de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: TATIANA VAZ - DE SÃO PAULO

Título: Grupo Ultra coloca farmácia em posto e revenda de gás

Dono da Ipiranga e da Ultragaz, que fatura R\$ 77 bi, quer transformar Extrafarma na 4ª maior rede do país

Drogaria consolidada no Norte e no Nordeste busca expansão por SP e pode chegar a mil lojas até 2022

Sem alarde publicitário, a Extrafarma, rede de drogarias com forte presença no Norte e no Nordeste, abriu sua primeira loja em São Paulo neste ano, ao lado da loja de conveniência de um posto de combustível da avenida Bandeirantes. Poucos meses antes, outra drogaria da marca foi inaugurada em uma revenda de entrega de botijão de gás, em Fortaleza (CE).

A ideia, nos dois casos, era testar a convivência do negócio com a Ipiranga e a Ultragaz, ambas do Ultra, grupo empresarial de R\$ 77 bilhões de faturamento. "Não vamos ser uma rede de farmácias em postos, mas eles devem nos ajudar na expansão em certas localidades de São Paulo", afirma André Covre, diretor-superinten-dente da Extrafarma.

A rede já abriu 18 drogarias no mercado paulistano, responsável por 30% do faturamento do setor no país. Quatro delas foram em postos. Também entrou na Paraíba, em Pernambuco, no Tocantins e na Bahia e reformou lojas nos outros seis Estados em que atua.

Até o fim de 2017, a Extrafarma terá acrescido cem lojas à rede, que fechará o ano com 415 pontos e R\$ 2 bilhões de faturamento. Uma expansão tão agressiva que, se seguir neste ritmo, chegará a mil lojas até 2022. Aquisições de concorrentes no período não são descartadas.

Com o apoio financeiro da holding, dinheiro não será problema. Originária no Pará, a Extrafarma foi comprada pelo Ultra em janeiro de 2014, por R\$ 1 bilhão. Cerca de R\$ 460 milhões já foram investidos na rede desde então.

Fundada em 1960 pela família Lazera, a empresa começou como uma pequena distribuidora de medicamentos em Belém, antes de virar um negócio de R\$ 1,1 bilhão em vendas e operação no Amapá, no Maranhão, no Ceará, no Piauí e no Rio Grande do Norte.

Conta, atualmente, com dois centros de distribuição, um em Belém e outro em Aquiraz, no Ceará. Com a ida para São Paulo, um terceiro será aberto em breve.

DO NORTE AO SUL

Entre comprar a varejista e investir na expansão, a Extrafarma, nas mãos do grupo Ultra, levou dois anos para desenhar o plano de como, em pouco tempo, quer se tornar uma das quatro maiores redes de farmácias do país.

O ranking é liderado por RaiaDrogasil, Drogaria São Paulo, Pague Menos e Pacheco, respectivamente, com 12%, 5,9%, 5,8% e 3,7% de participação de mercado, de acordo com a Euromonitor.

"O risco é eles não se ajustarem para atender os paulistanos, fiéis às rivais consolidadas pela proximidade e pelo costume", afirma a consultora Ana Paula Tozzi, da AGR. A integração do programa de pontos com a Ipiranga pode ajudar nisso, segundo ela.

REFORMA

As mudanças promovidas pelo novo controle antes da multiplicação de drogarias, depois de anos de estudo, incluíram a reforma das lojas, mudança no mix de produtos vendidos, inclusive com diferenças regionais, e a criação de um plano de carreiras para os atuais 6.000 funcionários.

Os gerentes farmacêuticos, por exemplo, ganharam metas atreladas a uma remuneração variável de acordo com o desempenho, maneira corriqueira de grandes empresas bonificarem executivos.

Bolsas em faculdades de farmácias também passaram a ser ofertadas. Nas lojas, depois de um estudo sobre o tráfego dos clientes durante os dias, atendentes foram remanejados de horário para cobrir os picos de consumo.

Contratos de aluguéis dos pontos antigos foram renegociados, e iniciativas de economizar energia elétrica contribuíram para a queda das despesas em 6,4% para R\$ 413 milhões de 2015 para 2016, mesmo com os cem novos endereços adicionados à operação no ano.

MME / ASCOM .